

2ª Edição do
PROJETO
QUALIDADE
Ano 2024



CADERNO DE NOTAS

**UM REGISTRO INSTITUCIONAL DAS ETAPAS DE
CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO PROJETO QUALIDADE**

CADERNO DE NOTAS

**UM REGISTRO INSTITUCIONAL DAS
ETAPAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO PROJETO QUALIDADE**

2ª Edição do
**PROJETO
QUALIDADE**
Ano 2024



**RIO DE JANEIRO
2024**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador

Cláudio Bomfim de Castro e Silva

Vice-governador

Thiago Pampolha Gonçalves

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitora

Gulnar Azevedo e Silva

Vice-reitor

Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues

Pró-reitor de Graduação – PR1

Antonio Soares da Silva

Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa – PR2

Elizabeth Fernandes de Macedo

Pró-reitora de Extensão e Cultura – PR3

Ana Maria de Almeida Santiago

Pró-reitor de Políticas e Assistência Estudantis – PR4

Daniel Pinha Silva

Pró-reitor de Saúde – PR5

Ronaldo Damião

Diretor do Centro Biomédico – CBio

Mario Fritsch Toros Neves

NÚCLEO DO ENVELHECIMENTO HUMANO (NucEH)

Diretor: **Renato Veras**

PROJETO QUALIDADE

Coordenadora-geral: **Sandra Rabello de Frias**

Editoria Executiva: **Sandra Rabello de Frias**

Projeto Gráfico e Diagramação: **Marcelo Santos de Oliveira**

Preparação de Originais e Revisão: **Thiago Thos**

Assistente de Edição: **Andreia de Souza de Carvalho**

Núcleo do Envelhecimento Humano (NucEH)

Rua São Francisco Xavier, 524, Bloco F, 10º andar, sala 10141/2

Maracanã – Pavilhão Reitor João Lyra Filho

CEP 20550-013 Rio de Janeiro – RJ / Brasil

Tel.: 55 21 2334-0168, ramal 08 / E-mail: projetoqualidade@uerj.br

Site: www.projetoqualidade.unati.uerj.br



CADERNO DE NOTAS

**UM REGISTRO INSTITUCIONAL DAS
ETAPAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO PROJETO QUALIDADE**

2ª edição do
**PROJETO
QUALIDADE**
Ano 2024



**RIO DE JANEIRO
2024**

INSTITUIÇÃO PARCEIRA

**Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável
(Seijes)**

Secretária de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável
Isabela Alves

Superintendente da Pessoa Idosa
Lícia Mattesco

Coordenadora de Políticas Públicas
Andrea Baptista

Coordenadora do Conselho da Pessoa Idosa
Katiene Piaz

Coordenadora dos Centros de Referência
Jeanine Severino

CONSELHO EDITORIAL

SEIJES

Elaboração e Organização de Conteúdo
Andrea Baptista
Lícia Mattesco

Participação Especial
Cristiane Pacheco
Cristiane Lima
Kátia Xavier

CONTATOS

E-mail: projetoqualidade.adm@uerj.br
Site: www.projetoqualidade.unati.uerj.br
Instagram: [@projetoqualidade.rj](https://www.instagram.com/projetoqualidade.rj)
YouTube: www.youtube.com/@projetoqualidaderj

PREFÁCIO

“É sobre a pessoa idosa...”

O meu desejo é que a pessoa idosa tenha o direito de envelhecer com qualidade de vida e bem-estar.

Que a pessoa idosa tenha o direito de envelhecer sendo atendida em suas mais diversas precisões, contando com serviços qualificados para oferecer o atendimento e os encaminhamentos necessários.

Que a pessoa idosa tenha o direito de envelhecer com acolhimento, escuta ativa e atendimento às necessidades do seu dia a dia, quando quiser, no local de sua escolha, onde deseja estar e permanecer.

Que a pessoa idosa tenha o direito de envelhecer contando com profissionais capacitados e qualificados por projetos como o QUALidade, que asseguram ações especializadas voltadas à sua proteção integral.

Que a pessoa idosa tenha o direito de envelhecer com acesso garantido a espaços de participação e protagonismo, assegurando sua atuação no controle social das políticas que atendam às suas realidades e necessidades.

E, principalmente, que a pessoa idosa tenha o direito de envelhecer com seus direitos respeitados e resguardados, conforme preconizam o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Estadual da Pessoa Idosa.

Lícia Mattesco

Superintendente da Pessoa Idosa





APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável (Seijes) do Estado do Rio de Janeiro, estabelecida em janeiro de 2023, coordena ações e programas no âmbito das políticas para a juventude e para o envelhecimento saudável. Assim, a Seijes enfrenta os desafios de integrar e agregar pautas tão distintas, sem comprometer suas peculiaridades.

No que diz respeito às políticas para as pessoas idosas, a Seijes tem como objetivos específicos promover atividades de inclusão social, ações de bem-estar e a ampliação da qualidade de vida para o público com mais de 60 anos, por meio de programas e projetos que promovam o envelhecimento saudável, conforme os parâmetros nacionais e internacionais. Dentro desse escopo, cabe à Secretaria:

- Implementar e avaliar as ações relacionadas às políticas públicas que garantam os direitos do cidadão idoso, visando à melhoria da qualidade de vida e à proatividade;
- Formular diretrizes e promover a definição e a implementação de planos, programas, projetos e ações voltados para a Terceira Idade no estado do Rio

de Janeiro;

- Promover, isoladamente ou em parceria com pessoas jurídicas de direito público e privado, ações destinadas a incrementar políticas públicas que visem à proatividade em sintonia com a sociedade, com o objetivo de garantir ao idoso condições para uma vida ativa, plena, saudável e produtiva;
- Colaborar com a política estadual de garantia dos direitos do cidadão com 60 anos ou mais, de forma articulada com os demais setores da administração pública;
- Cooperar com as autoridades, entidades públicas ou privadas, que tenham interesse no desenvolvimento das atividades relacionadas;
- Firmar convênios, acordos, contratos e outros instrumentos legais com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades privadas, além de pessoas jurídicas; e
- Exercer outras atividades correlatas.

A coordenação da política da pessoa idosa em todo o estado é de responsabilidade da Superintendência da Pessoa Idosa (Supidoso), que tem a missão de promover o envelhecimento saudável da população fluminense de 60 anos ou mais, por meio do planejamento, da execução e do controle social junto aos 92 municípios. Para tanto, a Superintendência organiza suas ações sob uma perspectiva intergeracional, intersetorial e transversal, com o objetivo de construir condições efetivas para o envelhecimento e cuidado das pessoas idosas no estado do Rio de Janeiro.

A Supidoso está estruturada em três coordenadorias que atuam em dimensões distintas e articuladas entre si, a saber: Coordenadoria dos Centros de Referência; Coordenadoria do Conselho da Pessoa Idosa; e Coordenadoria de Políticas Públicas. Essas coordenadorias abrangem desde a gestão das políticas para as pessoas idosas até as ações finalísticas e o controle e participação social.

À Coordenadoria dos Centros de Referência compete coordenar as atividades finalísticas de atenção e cuidado às pessoas idosas, utilizando equipamentos públicos destinados à proteção, promoção e defesa de seus direitos. Essas ações

são realizadas de forma transversal e complementar às demais políticas sociais, como educação, esporte, saúde e habitação, entre outras. Além disso, a coordenação busca facilitar o acesso a serviços nos territórios, integrando a família e a comunidade nesse processo, com o objetivo de fortalecer sua função protetiva.

À Coordenadoria do Conselho da Pessoa Idosa cabe fortalecer o controle social da política da pessoa idosa, com base na premissa de que os Conselhos e Fundos de Defesa da Pessoa Idosa são instrumentos fundamentais de participação social. Essa coordenadoria visa fomentar a implementação dessas instâncias, essenciais para a promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas, por meio de assessoramento e apoio técnico e jurídico aos Conselhos e Fundos estaduais e municipais.

Por fim, à Coordenadoria de Políticas Públicas compete assessorar no planejamento, elaboração e estabelecimento de diretrizes técnico-operacionais para a execução da política estadual da pessoa idosa e do envelhecimento saudável. Essa coordenadoria contribui por meio de ações estratégicas e instrumentos normativos que servem de parâmetro para a implementação das políticas, incluindo ações de capacitação continuada e educação permanente, como o Projeto QUALidade.



CADERNO DE NOTAS

UM REGISTRO INSTITUCIONAL DAS
ETAPAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO PROJETO QUALIDADE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 RIO DE JANEIRO: UM ESTADO EM PLENO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO ...	14
3 O PROJETO QUALIDADE: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	16
4 PARÂMETROS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE.....	26
5 REGISTRO DA PARCERIA COM A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ).....	31
6 PRERROGATIVAS.....	41
7 BREVE ANÁLISE QUALIQUANTITATIVA E APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	63
ANEXOS.....	64

1 INTRODUÇÃO

O Manual de Boas Práticas em Cuidados Paliativos é o resultado do curso homônimo realizado em 2024, pelo projeto QUALIDADE, uma iniciativa pioneira fruto da parceria entre a Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável (Seijes) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por meio do Núcleo do Envelhecimento Humano (NucEH). Essa estratégia inovadora teve como objetivo principal ofertar “capacitação e qualificação profissional do corpo técnico envolvido com as políticas públicas fluminenses direcionadas à pessoa idosa”, fortalecendo as ações direcionadas ao envelhecimento saudável e ao cuidado integral.



Este documento apresenta, sobretudo, apontamentos e indicativos para a estruturação de uma política de educação permanente na área do envelhecimento no estado do Rio de Janeiro. Tal política resulta do monitoramento e da avaliação realizados junto aos beneficiários do Projeto, a partir de duas perspectivas distintas:

1. Os beneficiários diretos – alunos e profissionais envolvidos na execução do projeto, considerando o processo de aprendizagem dialógica; e
2. Os beneficiários indiretos – as pessoas idosas que, em última instância, foram alcançadas por meio de ações profissionais mais qualificadas e consequentes.

Ao todo, foram aplicados 646 formulários de pesquisa no segundo semestre de 2024, utilizando-se de entrevistas individuais e coletivas, bem como de coleta de informações por meio digital.

De acordo com o Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Rio de Janeiro ocupa o segundo lugar no ranking nacional de maior percentual de população idosa. São mais de 3 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, representando aproximadamente 19% da população fluminense. Além disso, o estado apresenta o segundo maior índice de envelhecimento do país, com 105,9% ao considerar-se a proporção de pessoas com 60 anos ou mais. Esse cenário demanda respostas efetivas de profissionais e gestores para aumentar a capacidade de atendimento e aprimorar as políticas públicas voltadas às pessoas idosas e ao envelhecimento. Essa é a motivação que nos impulsiona a desenvolver iniciativas de capacitação, qualificação e formação de quadros profissionais no estado!

O Projeto QUALIDADE foi concebido nesse contexto. Trata-se de uma iniciativa ousada e pioneira da Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável (Seijes), em parceria com o Núcleo do Envelhecimento Humano (NucEH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), alinhada à Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030, da Organização das Nações Unidas (ONU). Trabalhamos com o propósito de aprimorar a proteção social e o bem-estar das pessoas idosas nos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro.



2 RIO DE JANEIRO: UM ESTADO EM PLENO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

O Rio de Janeiro ocupa o segundo lugar entre os estados brasileiros com o maior percentual de população idosa. De acordo com o Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 13,1% da população tem 65 anos ou mais. Esse percentual sobe para aproximadamente 19% quando considerada a população com 60 anos ou mais, totalizando 3.025.629 pessoas, sendo 1.763.244 mulheres e 1.262.385 homens. Entre elas, destacam-se 2.712 pessoas com 100 anos ou mais.



O envelhecimento populacional, medido pelo índice de envelhecimento – que compara o número de pessoas com 65 anos ou mais a cada 100 crianças de até 14 anos –, alcançou, em 2022, o índice nacional de 55,2. Quando o índice de envelhecimento considera a população com 60 anos ou mais, chega a 80,0 no Brasil. No estado do Rio de Janeiro, o índice já ultrapassou o número de crianças de até 14 anos, atingindo 105,9 pessoas idosas para cada 100 crianças, o segundo maior índice do país.

A Região Metropolitana concentra o maior número real de pessoas idosas, com 2.276.568 indivíduos. Entretanto, percentualmente, o Noroeste Fluminense lidera com 21% da população composta por pessoas idosas, em comparação aos 19% da Região Metropolitana. Por outro lado, a Região da Costa Verde apresenta o menor percentual de pessoas idosas no estado, reflexo também de sua população geral reduzida, com apenas 39.880 pessoas idosas distribuídas pelos três municípios que a compõem.

Entre os municípios, Miguel Pereira, na Região Centro-Sul Fluminense, destaca-se com o maior percentual de pessoas idosas: 24,66%, o equivalente a 114.821 indivíduos. Na sequência, estão Italva, na Região Noroeste Fluminense, com 23,97%; e Niterói, na Região Metropolitana, com 23,83%. Em contrapartida, Japeri, na mesma Região Metropolitana, apresenta o menor percentual de pessoas idosas do estado, com apenas 12,11% da população total, embora isso não represente o menor número real de pessoas idosas.



3 O PROJETO QUALIDADE: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Projeto QUALIDADE é uma iniciativa da Secretaria Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável (Seijes) voltada ao desenvolvimento de políticas de atenção e atendimento à pessoa idosa. trata-se da implantação de estratégias de capacitação e qualificação profissional das equipes técnicas responsáveis pela execução dessas políticas públicas no estado do Rio de Janeiro. Com foco na construção coletiva e na maturação das potencialidades dos envolvidos, o projeto visa garantir os direitos das pessoas idosas, promover sua proteção social e consolidar a Política Estadual da Pessoa Idosa, além de fortalecer o controle social nos 92 municípios do estado.



Alinhado ao Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa (PNDPI) e ao compromisso com a Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030, o projeto busca promover cursos de extensão e capacitações, tanto no formato híbrido quanto presencial. Esses cursos são realizados em parceria com instituições acadêmicas e visam à implementação continuada de ações na perspectiva da educação permanente na área do envelhecimento. Assim, busca-se impactar diretamente a reestruturação e consolidação da Política Estadual da Pessoa Idosa.¹

Por fim, o Projeto QUALIDADE atende a uma das diretrizes previstas no art. 6º, inciso V, da Lei Estadual nº 6.559/13, que prevê a qualificação dos quadros profissionais responsáveis pelas políticas de atendimento à população idosa nos municípios: “Formação e desenvolvimento de Recursos Humanos em Gerontologia, nas áreas de Gerontologia Social e Geriatria e na prestação de serviços.” Diante da necessidade de aprimoramento técnico, a Seijes reforça a importância da implementação dessa iniciativa para atender às demandas crescentes e complexas de uma sociedade em acelerado processo de envelhecimento.

Para além de garantir oportunidades de aprendizagem aos operadores dessa política pública, e mantendo a motivação e o compromisso desta Seijes, buscamos conferir ao Projeto QUALIDADE um caráter continuado. Esse esforço visa integrar de forma intrínseca os conceitos e conteúdos relacionados ao processo de envelhecimento ao aprimoramento da gestão das políticas de atenção às pessoas idosas no estado, fortalecendo as ações voltadas a esse público. Nesse contexto, estão sendo estabelecidas referências técnico-administrativas e metodológicas para o Projeto QUALIDADE, fundamentadas na experimentação, bem como na identificação de entraves e desafios inerentes ao processo de execução.

Ademais, a avaliação dos resultados obtidos demonstra a necessidade de ajustes contínuos para aprimorar a implementação das ações. Nesse sentido, a revisão dinâmica dos planos de trabalho busca aumentar a eficiência e a eficácia do planejamento e da execução, visando à otimização dos recursos disponíveis e à

1. Lei 6559/13 | Lei Nº 6.559 de 16 de outubro de 2013, que institui a Política Estadual do Idoso e dá outras providências, cujo objetivo é “assegurar a cidadania do idoso, por meio da criação de condições para a garantia dos seus direitos, de sua autonomia, da integração e da participação efetiva na família e na sociedade” (Lei Nº 6.559/2013).



maximização dos impactos positivos.

3.1 Primeira fase

No primeiro ano da parceria estabelecida, em 2023, foram realizados três cursos na modalidade de ensino à distância (EaD), on-line, cada um com objetivos, conteúdos e cargas horárias específicos, descritos a seguir:

1. Atualização no Cuidado com a Pessoa Idosa

O curso Atualização no Cuidado com a Pessoa Idosa foi desenvolvido para alcançar profissionais que atuam diretamente no cuidado de pessoas idosas, em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), abrigos da rede estadual e cuidadores familiares que necessitavam de conhecimento especializado. Com carga horária total de 80 horas, o curso foi realizado aos sábados, das 9h às 16h, combinando aulas teóricas e estudos dirigidos. Além disso, tutorias ocorreram às terças e quintas-feiras, das 19h às 20h30, permitindo aos alunos esclarecer dúvidas e aprofundar os conteúdos abordados.

2. Introdução à Gerontologia

O curso de Introdução à Gerontologia teve como objetivo proporcionar conhecimentos iniciais sobre Gerontologia aos profissionais, conselheiros municipais e gestores atuantes nas políticas públicas voltadas à população idosa nos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Além disso, buscou fortalecer a articulação entre os serviços setoriais, promovendo a construção de uma rede de proteção e defesa dessa população. Os alunos foram organizados em duas turmas, de acordo com características regionais de interesse dos participantes, com carga horária de 30 horas cada.



3. Treinamento em Gerontologia

Destinado a profissionais de nível superior que atuam diretamente no atendimento à população idosa, servidores públicos (concursados ou comissionados) e conselheiros estaduais envolvidos no planejamento e execução de políticas públicas, o curso **Treinamento em Gerontologia** totalizou 50 horas de carga horária, entre aulas e estudos dirigidos. As aulas foram ministradas às terças e quintas-feiras, das 19h às 21h, e tutorias adicionais ocorreram às sextas-feiras, no mesmo horário.

Resultados e perspectivas

Com o desenvolvimento da primeira fase do Projeto QUALIDADE, foram identificados referenciais importantes para a capacitação continuada na área do envelhecimento. A partir dos resultados e das demandas observadas, delinearão-se novas ofertas de cursos para atender tanto às necessidades de aprimoramento das políticas públicas voltadas à pessoa idosa no estado quanto às expectativas dos cursistas interessados em expandir seus conhecimentos nas áreas de cuidado e gestão.

Entre as demandas emergentes, destacou-se a necessidade de mesclar atividades presenciais e à distância, considerando a importância da prática no cuidado e a proximidade requerida para um trabalho planejado e organizado em nível local e regional. Nesse sentido, a atuação integrada entre os municípios-sede e as oito regiões do estado tornou-se um componente essencial para o planejamento das próximas etapas.

3.2 Segunda fase

No ano de 2024, a proposta da Seijes para o Projeto QUALIDADE apresentou um diferencial em relação ao seu primeiro ano de execução: **a realização dos workshops temáticos regionais.**

Reconhecendo a importância da participação efetiva dos profissionais nas



atividades de qualificação e capacitação na área da Gerontologia e dos cuidados voltados para o envelhecimento saudável, a Seijes reforçou o compromisso com a aproximação das realidades, demandas e desafios enfrentados por gestores e técnicos municipais. Esse esforço se traduziu em uma política de proximidade, ampliando as possibilidades e a abrangência do Projeto QUALIDADE, ao envolver profissionais de diferentes áreas das políticas públicas (como assistência social, saúde e educação) e aqueles atuantes na rede privada no atendimento às pessoas idosas.

Workshops temáticos regionais

Organizados na modalidade presencial, os workshops contaram com ampla divulgação e inscrições prévias, sendo realizados de forma regionalizada, abrangendo as oito regiões administrativas do estado: Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense, Costa Verde, Norte Fluminense, Noroeste Fluminense, Médio Paraíba, Metropolitana e Serrana. A divisão geográfica dos municípios respeitou critérios de proximidade e viabilidade de deslocamento, com a realização de cinco encontros, cada um com 60 vagas para cada oficina, totalizando 180. A distribuição das vagas considerou os critérios de maior população geral e maior população idosa.

Temas abordados nos workshops:

- “Trabalho com grupos de pessoas idosas nos centros de convivência e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)”;
- “Boas práticas em saúde e envelhecimento saudável”; e
- “O processo de envelhecimento: a cultura do respeito à dignidade humana”.

Os workshops marcaram o início da segunda fase do Projeto QUALIDADE, que, em seguida, deu continuidade com a oferta de três cursos, sendo um híbrido e dois na modalidade EaD (on-line). Esses cursos complementaram as capacitações realizadas na primeira fase, sem exigirem vínculo com os módulos ante-



riores, permitindo a participação de novos alunos. Os conteúdos foram planejados para atender às demandas das políticas públicas voltadas à pessoa idosa, ao mesmo tempo que consideraram as expectativas dos cursistas interessados em aprimorar conhecimentos sobre cuidados e gestão de políticas públicas. Os temas abordados integram áreas intersetoriais, especialmente saúde, promovendo o enriquecimento e a troca de experiências entre os participantes.

Cursos ofertados na segunda fase:

1. Cuidados Paliativos: procedimento, transmissão de mensagem e cuidado

O curso tem como objetivo democratizar os conhecimentos sobre cuidados paliativos, abordando práticas para indivíduos que não têm condições de realizar o autocuidado. É voltado para profissionais de saúde (nível médio e superior) e cuidadores profissionais.

- Modalidade: On-line.
- Aulas: Sábados, das 9h às 12h (teóricas) e das 13h às 15h (tutoria), com estudos dirigidos individuais.
- Carga horária total: 80 horas.

2. Formação de Cuidadores de Pessoas Idosas

Oferecido na modalidade híbrida, o curso visa qualificar profissionais e familiares no cuidado de pessoas idosas fragilizadas ou com doenças degenerativas do envelhecimento.

- **Modalidade:** Híbrida.
- **Aulas teóricas:** Segundas, quartas e sextas-feiras, on-line, das 19h às 21h.
- **Oficinas práticas e visitas técnicas:** Presenciais, aos sábados, das 9h às 16h.



- **Tutorias:** Quintas-feiras, on-line.
- **Carga horária total:** 160 horas.
- **Observação:** Devido à logística, as atividades presenciais contemplam apenas a Região Metropolitana do estado.

3. Gestão em Políticas Públicas para o Envelhecimento

Focado na qualificação de gestores municipais para a elaboração de projetos, programas e ações voltadas às políticas de proteção, direitos e defesa da população idosa nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

- **Modalidade:** On-line.
- **Aulas teóricas:** Terças e quintas-feiras, das 19h às 21h.
- **Tutorias e orientação de projetos:** Quartas-feiras, das 19h às 21h.
- **Carga horária total:** 120 horas.
- **Público-alvo:** Gestores municipais com formação superior que atuam na política pública para pessoas idosas.

Meta ousada para 2024

O Projeto QUALIDADE, em sua segunda fase, disponibilizou aproximadamente **1.600 vagas** em cursos de formação e qualificação profissional, com ações realizadas entre abril e dezembro de 2024.

3.3 Objetivo geral

Aprimorar e qualificar as políticas públicas de atenção às pessoas idosas no estado do Rio de Janeiro

Sob a coordenação da Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e



Envelhecimento Saudável (Seijes), o aprimoramento das políticas públicas no âmbito estadual tem sido promovido por meio da oferta de vagas em cursos de formação e capacitação profissional. Essas ações, de caráter continuado, são realizadas em parceria com instituições acadêmicas e abordam de forma intersectorial e transversal as temáticas relacionadas ao processo de envelhecimento e ao cuidado com a pessoa idosa.

3.4 Objetivos específicos

- Consolidar a Política Estadual da Pessoa Idosa no Rio de Janeiro;
- Ofertar cursos de extensão, nas modalidades híbrida e EaD (on-line), na área de gerontologia, cuidados e envelhecimento saudável, com o objetivo de aprimorar as políticas de atenção e atendimento às pessoas idosas nos 92 municípios do estado;
- Potencializar as políticas de cuidado voltadas à população idosa do estado do Rio de Janeiro;
- Elaborar materiais instrucionais e outras produções técnicas para a qualificação do trabalho e do capital humano dedicado ao atendimento às pessoas idosas; e
- Realizar coleta de dados, monitoramento e avaliação junto aos participantes dos cursos e demais profissionais envolvidos, identificando demandas específicas dos beneficiários diretos para viabilizar novas iniciativas e subsidiar a reestruturação e consolidação da Política Estadual da Pessoa Idosa.

3.5 Justificativa

A **14^a Conferência Global sobre Envelhecimento**, realizada no Canadá em agosto de 2018, definiu objetivos estratégicos para as políticas públicas voltadas ao envelhecimento. Entre eles destacam-se:

- Engajamento de todos os países em ações voltadas para o envelhecimento



saudável da população;

- Criação de ambientes urbanos “amigos do idoso”;
- Adequação dos sistemas de saúde às necessidades específicas dos idosos;
- Desenvolvimento de serviços de cuidados de longo prazo, como centros comunitários e instituições; e
- Aperfeiçoamento da medição e do monitoramento de dados relacionados ao envelhecimento.

Posteriormente, a instituição da **Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030)** consolidou ações globais voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, de suas famílias e comunidades.

Diante desse panorama e considerando a complexidade das demandas das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco em todo o estado, recai sobre nós, coordenadores das políticas públicas voltadas a essa população, a responsabilidade de estabelecer diretrizes teórico-metodológicas para sua implementação. Essas diretrizes devem ser orientadas por normativas e pactuações nacionais e internacionais, e fundamentadas em princípios como convivência familiar e comunitária, em articulação transversal com outras políticas públicas.

Com o aumento demográfico e a urbanização, o envelhecimento populacional tornou-se uma questão social de destaque nas agendas públicas, exigindo a reformulação de marcos legais e políticas sociais. Nesse contexto, as políticas públicas voltadas para os direitos das pessoas idosas foram concebidas para enfrentar desafios relacionados à:

- **Integralidade:** Garantir um atendimento abrangente que contemple as diversas necessidades da população idosa;
- **Intersetorialidade:** Promover a articulação entre diferentes setores para uma atuação conjunta;
- **Interdisciplinaridade:** Envolver múltiplas áreas do conhecimento na construção de soluções; e



- **Controle social:** Assegurar a participação democrática na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

O Rio de Janeiro, segundo o IBGE, é a capital com a segunda maior proporção de pessoas idosas no Brasil. Essa realidade exige a criação e o fortalecimento de espaços voltados ao debate sobre o envelhecimento, assim como a capacitação contínua dos profissionais que atuam nas políticas e serviços destinados a esse segmento.

Compreender o processo de envelhecimento em suas diversas dimensões, bem como as políticas públicas de assistência à população idosa, a atuação interdisciplinar para promover o cuidado integral e outras temáticas relacionadas à gerontologia, é essencial para aprimorar a eficácia das ações e assegurar a excelência no atendimento a esse público.

Nesse contexto, os **cursos de capacitação sobre o processo de envelhecimento** desempenham um papel fundamental no fortalecimento da qualificação dos profissionais que atuam diretamente nessa área. Esses cursos fomentam a criação de novas iniciativas e estratégias de articulação da rede, contribuindo para a melhoria no atendimento à população idosa. Além disso, frente aos novos padrões e exigências das políticas públicas de caráter social, torna-se imprescindível a implementação de dispositivos técnicos que possibilitem o aprimoramento dessas políticas voltadas às pessoas idosas no estado.

A proposta de **educação continuada e permanente** para capacitação de profissionais que atuam nas políticas públicas voltadas à pessoa idosa está em total alinhamento com a política nacional e com a Política Estadual da Pessoa Idosa. Essa iniciativa, abrangendo técnicos e gestores de todo o estado, reforça o papel do poder público estadual na coordenação das ações, conforme o pacto federativo e as diretrizes do Estatuto da Pessoa Idosa. Trata-se do reconhecimento da responsabilidade do estado em atender às necessidades da população idosa fluminense e assegurar seus direitos constitucionais à proteção social e à vida.



4 PARÂMETROS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

O ideário de instituir uma política de educação permanente na área do envelhecimento nasce, primeiramente, da observação das crescentes demandas por qualificação profissional, frente ao desafio de estabelecer padrões de atenção e atendimento à pessoa idosa no estado. Além disso, surge do imperativo de consolidar a política estadual de proteção social voltada ao público 60+. A interação com gestores e técnicos que operam essas políticas, os requisitos globais para o envelhecimento saudável e a evidência das vulnerabilidades enfrentadas por essa população impulsionam o reconhecimento da necessidade de investir em ações de capacitação que impactem diretamente o aprimoramento dessa política pública.



Nesse contexto, a Secretaria Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável (Seijes) apresenta a proposta de implementar atividades de capacitação para profissionais que atuam com pessoas idosas, em parceria com instituições de ensino superior. Essas atividades somam-se às estratégias de assessoramento técnico, regulares e sistemáticos, visando maior alcance e efetividade. Desde o início da proposta, vislumbrava-se a realização de cursos na modalidade EaD como prioridade, fortalecendo a disseminação de conteúdos, princípios e diretrizes previstos na legislação estadual. Tais iniciativas buscam promover a apropriação desses fundamentos no cotidiano dos programas, projetos e serviços municipais, estabelecendo novos parâmetros para a execução das políticas voltadas às pessoas idosas.

Assim, em 2023, foi lançado o Projeto QUALidade, uma parceria ampliada para o desenvolvimento de estratégias de capacitação e qualificação profissional do corpo técnico responsável pelas políticas públicas nos 92 municípios fluminenses. O projeto tem como objetivos principais a consolidação da Política Estadual da Pessoa Idosa e o fortalecimento do controle e participação social.

A educação permanente, no Brasil, surge como resposta às demandas por maior profissionalização das políticas públicas sociais. Trata-se de um processo dinâmico que promove a revisitação crítico-reflexiva das práticas e intervenções dos trabalhadores, possibilitando novos aprendizados e soluções. Segundo Dalpiaz, a educação permanente “está enraizada no fundamento filosófico do inacabamento do homem e tem como objetivos: instaurar condições para questionar situações profissionais singulares instituídas e, ao mesmo tempo, provocar modificações em atos e discursos, de sujeitos e de organizações, implicados na operacionalização de políticas públicas” (2015, p. 174).

A política pública de saúde foi pioneira na “institucionalização” do debate sobre educação permanente, especialmente a partir dos anos 1990. Essa discussão ganhou força com a Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, que estabeleceu diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS).



Do conceito de Educação Permanente em Saúde e sua relação com o trabalho e com as práticas de formação e desenvolvimento profissional.

A definição de uma política de formação e desenvolvimento para o Sistema Único de Saúde, seja no âmbito nacional, seja no estadual, seja no regional e seja mesmo no municipal, deve considerar o conceito de Educação Permanente em Saúde e articular as necessidades dos serviços de saúde, as possibilidades de desenvolvimento dos profissionais, a capacidade resolutiva dos serviços de saúde e a gestão social sobre as políticas públicas de saúde.

A Educação Permanente é a aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. A educação permanente baseia-se na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais.

A educação permanente pode ser entendida como aprendizagem-trabalho, ou seja, ela acontece no cotidiano das pessoas e das organizações.

Ela é feita a partir dos problemas enfrentados na realidade e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm. Propõe que os processos de educação dos trabalhadores da saúde se façam a partir da problematização do processo de trabalho, e considera que as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores sejam pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações. Os processos de educação permanente em saúde têm como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho. (PORTARIA Nº 1.996, anexo II)

Assim como na política pública de saúde, na assistência social, a educação permanente surge em resposta às demandas de qualificação dos operadores dos serviços socioassistenciais. Essa qualificação abrange não apenas o provimento de serviços, mas também a gestão e o controle social do **Sistema Único de Assistência Social (Suas)**, buscando a profissionalização dessa política. Nesse contexto, a educação permanente é compreendida como um processo contínuo de transformação



das práticas profissionais e de reposicionamento dos trabalhadores.

De acordo com o que preconiza a **Política Nacional de Educação Permanente do Suas (PNEP/SUAS, 2013, p. 10)**, esses processos não se configuram como “educação formal”. Eles têm como objetivo principal promover a formação de pessoas, privilegiando a construção de suas potencialidades, identidades, lugar de fala e perspectivas de atuação. Essa abordagem valoriza o aprimoramento humano e profissional, proporcionando aos trabalhadores as ferramentas necessárias para lidar com as complexidades e especificidades da assistência social, ao mesmo tempo em que promove o fortalecimento do Suas como uma política pública estratégica e transformadora.

Para ocupar o lugar ativo da Educação Permanente em Saúde, precisamos abandonar (desaprender) o sujeito que somos. Por isso, mais que sermos sujeitos (assujeitados pelos modelos hegemônicos e/ou pelos papéis instituídos), precisamos ser produção de subjetividade: todo o tempo abrindo fronteiras, desterritorializando grades (gradis) de comportamento ou de gestão do processo de trabalho. (CECCIM, R. B., 2005, p. 167)¹

A partir da perspectiva político-pedagógica, a assistência social compreende, ainda, a educação permanente como um processo contínuo de “atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho” e outros grupos envolvidos. Esse processo é fundamentado no contexto histórico, nos valores e princípios preexistentes, além das possibilidades de trocas de experiências entre profissionais, com diferentes níveis de formação e posições, e a utilização dos recursos disponíveis. Dentro do SUAS, a educação permanente se organiza por meio de percursos formativos, incluindo ações de formação e capacitação. Essa abordagem visa promover a qualificação constante dos profissionais, o aprimoramento das práticas e a melhoria na oferta dos serviços prestados à população.

1. CECCIM, Ricardo Burg. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 9, n. 16, p. 161-177, set. 2004/fev. 2005.



Na saúde, a Educação Permanente em Saúde se configura, principalmente, como “aprendizagem no trabalho”, caracterizando-se como um treinamento em serviço, salvo melhor entendimento. “Consiste na produção e sistematização de conhecimentos relativos à formação e ao desenvolvimento para a atuação em saúde, envolvendo práticas de ensino, diretrizes didáticas e orientação curricular” (Brasil, 2012, p. 20). Em contrapartida, a educação continuada, no âmbito da política de saúde, é concebida como uma atividade do “ensino tradicional”, com prazos de execução, pressupostos metodológicos formais e aquisições sequenciais, incluindo intervenções no campo da atuação profissional (Brasil, 2012).

Tanto na política pública de saúde quanto na assistência social, a educação permanente se desenvolve a partir de uma perspectiva de gestão do trabalho, visando à qualificação das ações, oferta de serviços, organização, participação e controle social. Essa abordagem envolve não apenas os operadores dos serviços, mas também os beneficiários correspondentes. A área do envelhecimento, por sua vez, enfrenta o grande desafio de promover aprendizados e acumulação de conhecimentos técnicos-operacionais, dada a progressiva transformação etária que ocorre mundialmente. Esse processo exige a sistematização de conteúdos e práticas, além da organização de um sistema próprio e de diretrizes capazes de incorporar as particularidades dessa questão, disseminando estratégias que consolidem e fortaleçam a política para o envelhecimento ativo e saudável, especialmente no estado do Rio de Janeiro, que apresenta o segundo maior índice de envelhecimento do país.



5 REGISTRO DA PARCERIA COM A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)

O Projeto Qualidade foi concebido para estabelecer uma parceria ampliada entre a Secretaria de Estado Intergeracional de Envelhecimento Saudável (Seijes) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), visando à capacitação profissional de agentes atuantes nos 92 municípios do estado. Seu objetivo principal é fortalecer a implementação e o monitoramento das políticas de atenção à pessoa idosa, promovendo também a qualificação e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Seijes.



A parceria firmada em 2023 entre a Seijes e o Núcleo do Envelhecimento Humano (NucEH) da UERJ, então denominado Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI), permitiu a aplicação prática de conceitos e linhas de pesquisa acadêmica, fundamentada na avaliação do projeto pelos beneficiários diretos. Essa colaboração não apenas ampliou as oportunidades de atuação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, mas também contribuiu para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao envelhecimento, promovendo uma integração efetiva entre a academia e a sociedade.

Execução e instrumentos legais

A descentralização de créditos orçamentários foi definida como a formatação jurídico-administrativa mais viável e tecnicamente adequada para o estabelecimento da parceria, visando à execução do Projeto QUALidade. Esse instrumento permite que uma unidade orçamentária ou administrativa transfira à outra o poder de utilizar créditos que lhe foram destinados.

A descentralização está regulamentada pelo Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que, em seu artigo 1º, dispõe: “a cooperação entre órgãos e entidades integrantes do Orçamento do Estado do Rio de Janeiro, visando à consecução de um objetivo que resulte no aprimoramento da ação de governo, processar-se-á prioritariamente por meio da descentralização da execução de crédito orçamentário”. O decreto também estabelece que a execução orçamentária e financeira da despesa deve ocorrer de forma descentralizada entre unidades gestoras pertencentes à estrutura administrativa, mediante a edição de Resolução Conjunta entre os órgãos parceiros.

Diante disso, ao longo dos dois anos de exitosa parceria, foram estabelecidas duas resoluções conjuntas (uma a cada ano), que formalizaram a transferência de créditos orçamentários da Seijes, como concedente, para a UERJ, como executante. Esses recursos viabilizaram o custeio de despesas relacionadas à execução do Projeto QUALidade, cuja proposta incluiu a realização de cursos na modalidade EaD (on-line).



Primeira fase (2023)

Em 2023, a primeira fase do projeto ofereceu três cursos divididos em quatro turmas:

- **Atualização no Cuidado com a Pessoa Idosa** (1 turma);
- **Introdução à Gerontologia** (2 turmas); e
- **Treinamento em Gerontologia** (1 turma).

Ao todo, foram disponibilizadas 1.500 vagas, atendendo a uma ampla gama de profissionais. O monitoramento e as avaliações indicaram um índice de aproveitamento satisfatório de 68%, com taxa de abandono real de 32%, abaixo da média nacional para cursos de qualificação.

Segunda fase (2024)

No segundo ano, em 2024, o projeto avançou com a oferta de três novos cursos: um híbrido e dois na modalidade EaD (on-line), voltados para a formação e qualificação profissional. Esses cursos abrangem novos conteúdos e complementam os temas abordados na primeira fase, sem a necessidade de vínculo com os módulos anteriores, o que permite a participação de novos alunos. Os conteúdos foram planejados para atender às demandas das políticas públicas voltadas à pessoa idosa, ao mesmo tempo que consideraram as expectativas dos cursistas interessados em aprimorar conhecimentos sobre cuidados e gestão de políticas públicas. Os temas abordados integram áreas intersetoriais, especialmente saúde, promovendo o enriquecimento e a troca de experiências entre os participantes.



Cursos oferecidos:

- **Cuidados Paliativos;**
- **Formação de Cuidadores de Pessoas Idosas;** e
- **Gestão em Políticas Públicas para o Envelhecimento.**

Também foram realizados três workshops em cada um dos cinco encontros estaduais presenciais, organizados de forma regionalizada, abrangendo as oito regiões administrativas do estado: Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense, Costa Verde, Norte Fluminense, Noroeste Fluminense, Médio Paraíba, Metropolitana e Serrana.

Temas abordados nos workshops:

- “Trabalho com grupos de pessoas idosas nos centros de convivência e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)”;
- “Boas práticas em saúde e envelhecimento saudável”; e
- “O processo de envelhecimento: a cultura do respeito à dignidade humana”.

Questão do projeto

O Projeto Qualidade é coordenado de maneira conjunta, com a Coordenação Acadêmico-Administrativa sendo compartilhada entre os parceiros. As funções e atribuições, embora distintas, são definidas em comum acordo, contemplando tanto a gestão pedagógica quanto as questões relacionadas às políticas públicas voltadas à pessoa idosa no estado. A Uerj assume exclusivamente a responsabilidade pela perspectiva acadêmico-pedagógica, enquanto a Seijes é responsável pela gestão do projeto e pela condução das ações relacionadas às políticas públicas para o envelhecimento.

No âmbito da Uerj, foi constituído um Núcleo Gestor com base nas recomen-



dações do Ato Executivo de Decisão Administrativa (Aeda) 11/Reitoria/2024, assegurada a paridade, quando aplicável, com as indicações de profissionais do quadro próprio da Uerj e/ou indicados pela Seijes para o desenvolvimento da proposta. O Núcleo Gestor do Projeto seguiu os mesmos critérios de seleção de pessoal utilizados pelo estado para cargos em comissão e funções de confiança da Administração Pública, sem a necessidade de seleção pública ou contrato temporário para as funções exercidas no núcleo.

Participaram exclusivamente servidores públicos da Uerj e das entidades parceiras, exercendo atividades estratégicas, gerenciais e de assessoria, com o propósito de garantir a fiel execução do projeto. Entre as principais atribuições estão o monitoramento das atividades, a gestão de equipes e colaboradores, a realização das entregas previstas, o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, assegurando a produção acadêmico-científica em consonância com os princípios de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico. Além disso, o núcleo foi responsável pela gestão de processos, atividades de assessoria e consultoria, interlocução institucional e prestação de contas, entre outras funções essenciais.

Os demais participantes do projeto foram contratados como prestadores de serviços temporários, após processo seletivo simplificado, amplamente divulgado por meio de editais publicados no site do Sistema de Processo Seletivo Simplificado (Prossim) e no site do NucEH, conforme as diretrizes do Aeda 17/Reitoria/2021.

Cabe destacar que a Seijes elaborou o documento intitulado “Referências para Construção do Plano de Trabalho do Projeto QUALIDADE”, que apresenta a proposta de desenvolvimento dos cursos, com ênfase na segunda fase do projeto. Essa etapa incluía, além dos cursos, a realização de atividades temáticas regionais. Ademais, o Decreto Estadual nº 42.436/2010 estabelece a obrigatoriedade de um Plano de Trabalho contendo o detalhamento das ações a serem executadas pelo responsável, utilizando os recursos descentralizados para o órgão executor, com o objetivo de garantir a transparência e o adequado uso dos recursos públicos.



Resultados e impactos

Ao longo do primeiro ano, os resultados concretos do projeto foram evidenciados pelos números obtidos por meio do monitoramento e da pesquisa de avaliação, realizada em dois momentos distintos de sua execução. Os dados demonstraram um nível de aproveitamento satisfatório, atingindo aproximadamente 68%, com um índice de aprovação superior aos percentuais médios nacionais para cursos de qualificação profissional.

O índice de abandono real (abandono após o início efetivo do curso) foi de 32%, também inferior à média nacional de evasão. Esses resultados permitiram a obtenção de importantes referenciais para o aprimoramento e a continuidade do projeto. Como desdobramento, delineou-se uma proposta de capacitação continuada, com potencial para se transformar em um modelo de educação permanente na área do envelhecimento.

1ª fase (2023)

- **Cursos ofertados:**

- Atualização no Cuidado com a Pessoa Idosa (1 turma);
- Introdução à Gerontologia (2 turmas); e
- Treinamento em Gerontologia (1 turma).

Total de vagas: 1.500 (modalidade EaD).

Produtos desenvolvidos:

- E-book: “Diálogos em Gerontologia”;
- Cartilhas: “Violação de Direitos Contra a Pessoa Idosa” e “Teleoficina Arte e Ludicidade”;
- 3 podcasts;



- 2 lives; e
- Roda de conversa no Rio Innovation Week 2023 (“Tecnologia a favor da cultura”)

Resultados:

- Taxa de aproveitamento satisfatório: 68%.
- Índice de abandono abaixo da média nacional: 32%.

2ª fase (2024):

Cursos ofertados:

- Cuidados Paliativos;
- Gestão em Políticas Públicas para o Envelhecimento; e
- Formação de Cuidadores de Pessoas Idosas.

Modalidade: híbrida e EaD, com novos conteúdos e caráter complementar.

Workshops:

- 3 workshops temáticos nos 5 encontros estaduais presenciais (nas 8 regiões administrativas do estado): “Trabalho com grupos de pessoas idosas nos centros de convivência e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)”;
- “Boas práticas em saúde e envelhecimento saudável”; e
- “O processo de envelhecimento: a cultura do respeito à dignidade humana”.

Produtos desenvolvidos:

- 3 Manuais de Boas Práticas: 2 voltados aos temas desenvolvidos nos cursos relacionados ao cuidado e 1 dedicado aos temas abordados no curso direcionado a gestores;



- 1 Caderno de Notas;
 - 3 podcasts;
 - 3 lives.
 - Webinário: “Jornada de Fisioterapia em Cuidados Paliativos”;
 - Folders informativos sobre direitos e rede de proteção;
- **Resultados:**
 - Estudantes capacitados por curso:
 - Participantes capacitados por oficina:

O Projeto QUALidade demonstrou ser uma iniciativa inovadora e eficiente na promoção de políticas públicas voltadas à população idosa. Com base nos resultados obtidos e na colaboração entre a Seijes e a Uerj, o programa representa um marco no fortalecimento das ações interinstitucionais em prol do envelhecimento ativo e saudável no estado do Rio de Janeiro.

5.1 Parâmetros normativos

A parceria em questão foi implementada com rigorosa observância e cumprimento das normas gerais e específicas relacionadas à descentralização da execução orçamentária e dos recursos financeiros. Adicionalmente, decidiu-se adotar outros instrumentos normativos que serviram como parâmetros, assegurando que tais diretrizes influenciassem diretamente na execução das atividades e ações do projeto. Dessa forma, garantiu-se que a implementação ocorresse de maneira alinhada aos critérios legais e administrativos estabelecidos, conforme descrito a seguir:

- **Lei Federal Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017**
“Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de



dezembro de 2016.”

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp159.htm.

Acesso em: 30 de agosto de 2024.

- **Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**

“Estabelece normas para as eleições.”

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Aces-

so em: 30 de agosto de 2024.

- **Lei Estadual nº 6901, de 2 de outubro de 2014**

“Dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.”

Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b-032564fe005262ef/0480c14a0f05c36b83257d6d005bc52b?OpenDocument&Highlight=0,6901>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

- **Decreto nº 2.479, de 8 de março de 1979**

“Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.”

Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/968d5212a901f75f-0325654c00612d5c/2caa8a7c2265c33b0325698a0068e8fb>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

- **Ato Executivo de Decisão Administrativa (Aeda) 11/2024**

“Modifica os Aedas 134/Reitoria/2022 e 4/Reitoria/2024 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no que diz respeito às parcerias por descentralização orçamentária com órgãos e entidades da Administração Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro para o desenvolvimento de projetos de inovação, ensino, pesquisa, extensão e/ou cultura e dá outras providências.”



Disponível em: https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2024/04/SEI_71180534_Ato_Executivo_de_Decisao_Administrativa.pdf. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

- **Ato Executivo de Decisão Administrativa (Aeda) 134/2022**

“Regula os projetos de inovação, ensino, pesquisa e/ou extensão desenvolvidos pela Uerj em parceria com órgãos e entidades da administração pública, do terceiro setor e da iniciativa privada e dá outras providências.”

Disponível em: <https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2022/12/Aeda-134-2022.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.



6 PRERROGATIVAS

Os resultados obtidos até o momento evidenciam a viabilidade e a coerência de uma proposta ousada voltada à qualificação de uma política pública desde suas bases, promovendo sua reestruturação por meio do alinhamento com os seus operadores nos 92 municípios. Até agora, foi alcançado um número expressivo de profissionais, gerando também benefícios indiretos relacionados à transversalidade das políticas, o que tem ampliado o impacto positivo na execução das ações voltadas ao envelhecimento e ao atendimento às pessoas idosas.



No total, foram ofertadas 3.390 vagas, sendo 1.500 no primeiro ano e 1.890, no segundo. Até o momento, foram qualificados cerca de mil profissionais, somente no primeiro ano; resultados alcançados com base nos critérios estabelecidos para aprovação, conforme a metodologia proposta para os cursos do projeto, que incluem: percentual de participação nas aulas, realização de estudos dirigidos, aulas práticas, visitas técnicas e trabalhos de conclusão. Inicialmente concebido como uma proposta de capacitação continuada, por meio desses dados, o projeto confirma a demanda crescente por iniciativas de qualificação na área do envelhecimento, atenção e atendimento às pessoas idosas.

Por fim, destacamos o nosso compromisso comum com a consolidação de uma proposta de qualificação na área do envelhecimento para o estado. Essa iniciativa visa tanto à garantia e à promoção dos direitos das pessoas idosas quanto à melhoria e à valorização da gestão do trabalho. Com base nos resultados já alcançados, apresentamos uma análise concisa dos dados qualiquantitativos, acompanhada de apontamentos para a construção de uma proposta sólida de Educação Permanente no estado do Rio de Janeiro.



7 BREVE ANÁLISE QUALIQUANTITATIVA E APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Para assegurar a integração entre o planejamento e a execução do projeto, foi desenvolvida uma estratégia específica de monitoramento e avaliação, visando acompanhar o desempenho, o alcance dos objetivos e metas, bem como o atendimento das expectativas dos participantes. Essa estratégia incluiu o uso de **formulários de coleta de informações e entrevistas estruturadas**, aplicados de forma eletrônica e/ou presencial ao longo dos cursos. A análise abrangeu diversas dimensões, contemplando:



1. Perspectiva dos alunos e profissionais envolvidos – incluindo o Núcleo Gestor e os profissionais contratados, considerados beneficiários diretos; e
2. Perspectiva das pessoas idosas, destinatárias das políticas contempladas pelo projeto.

O objetivo foi realizar uma avaliação que identificasse eventuais entraves e necessidades de ajustes, mas que, sobretudo, servisse como base para apontar diretrizes para a construção de uma proposta de capacitação continuada e de educação permanente na área do envelhecimento no estado do Rio de Janeiro. Esse esforço será consolidado no documento intitulado **Caderno de Notas do Projeto QUALIDADE**.

Além da aplicação dos formulários nas três perspectivas de análise, o acompanhamento sistemático incluiu:

- Avaliação da **adesão às atividades propostas**;
- Análise da **participação efetiva nas aulas**;
- Verificação do **cumprimento do cronograma estabelecido**; e
- Realização periódica de **reuniões de equipe**.

Essas ações garantiram uma visão abrangente e integrada sobre o progresso e os resultados do projeto. O monitoramento contínuo e a avaliação cuidadosa ofereceram subsídios fundamentais para a melhoria constante das iniciativas, promovendo um impacto mais significativo e duradouro no campo do envelhecimento e da atenção às pessoas idosas.

Planejamento da aplicação dos formulários

Como parte da estratégia de monitoramento e avaliação, foram aplicados formulários on-line e presenciais para coleta de informações e impressões junto a 646 pessoas. Esse total inclui:



- **560 alunos e 18 profissionais**, beneficiários diretos do Projeto QUALidade II nas suas primeiras e segundas fases; e
- **68 pessoas idosas**, alcançadas por amostragem, atendidas nos Centros de Referência em Atenção às Pessoas Idosas (Crapis)¹ do município de Vassouras e na localidade do Cesarão, no município do Rio de Janeiro.

Os dados obtidos correspondem a 19% do total de beneficiários diretos estimados (alunos e profissionais), além das pessoas idosas potencialmente impactadas, considerando as 3.390 vagas ofertadas.

1) Coleta de dados on-line

Os formulários foram enviados por e-mail ou compartilhados nos grupos de WhatsApp mantidos com alunos e ex-alunos, organizados por turma ou curso. As respostas foram monitoradas entre os dias 2 e 14 de outubro de 2024, respeitando o prazo previamente estabelecido. O mesmo procedimento foi adotado junto aos profissionais envolvidos na execução das ações do projeto.

2) Coleta de dados presenciais

No caso das pessoas idosas, os formulários foram aplicados presencialmente por meio de entrevistas realizadas entre os dias 23 de outubro e 27 de novembro de 2024.

Estrutura dos formulários

Os instrumentos de coleta continham entre 31 e 36 questões, adaptadas ao

1. O Centro de Referência em Atenção à Pessoa Idosa (Crapis) é um equipamento público de caráter regional, voltado para o fortalecimento da rede de proteção e atendimento à pessoa idosa. Sua atuação ocorre por meio da execução de políticas públicas transversais e complementares, com o objetivo de promover e defender os direitos da população idosa no estado do Rio de Janeiro.



público-alvo abordado. Foram desenvolvidos de forma a contemplar:

- **Questões comuns**, que garantiram uma análise transversal das percepções e impressões dos diferentes públicos; e
- **Questões específicas**, relacionadas à perspectiva de cada grupo em relação à sua inserção no projeto.

Os detalhes sobre o conteúdo dos formulários podem ser consultados nos anexos, que ilustram a estrutura de perguntas utilizada para os alunos, profissionais e pessoas idosas.

Essa abordagem diversificada na aplicação dos formulários permitiu captar um panorama abrangente das percepções e expectativas, consolidando informações valiosas para a avaliação do projeto e para os ajustes necessários à sua continuidade e aperfeiçoamento.

Análise dos resultados da aplicação dos formulários

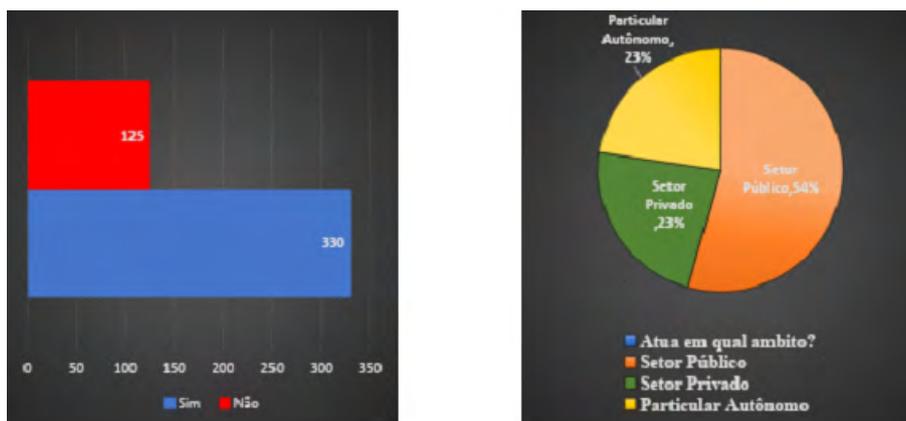
A) Perspectiva dos beneficiários diretos (alunos)

Atuação profissional

Quanto à atuação profissional, do total de 560 alunos respondentes, **330 (59%) trabalham diretamente com políticas de atenção e atendimento à pessoa idosa**. Desse grupo, 175 profissionais atuam no serviço público, representando 53% do total. Entretanto, é igualmente significativo o número de trabalhadores vinculados ao setor privado, o que evidencia a relevância de ampliar as possibilidades de inserção. Essa estratégia se mostrou acertada ao incluir, tanto nos cursos quanto nos workshops, profissionais da rede privada e/ou pessoas interessadas nas temáticas propostas pelo projeto.



Gráfico 1: Atuação profissional



Tempo de experiência na área do envelhecimento e políticas de atenção às pessoas idosas

Em relação ao tempo de experiência dos respondentes na área do envelhecimento e/ou das políticas de atenção às pessoas idosas, 26% possuem menos de um ano de experiência ou nunca atuaram na área. Esse dado, no entanto, reflete o interesse desses participantes em ingressar no campo, já que optaram por participar do Projeto QUALidade em busca de aprendizado e capacitação.

Por outro lado, 22% dos profissionais possuem entre 5 e 10 anos ou mais de experiência na área, o que reforça a importância e a necessidade de ofertar cursos de atualização e qualificação profissional. Esses dados indicam a relevância de iniciativas voltadas ao desenvolvimento de competências na gerontologia e nos cuidados voltados à população idosa, abrangendo tanto novos profissionais quanto aqueles com maior experiência.

Gráfico 2: Tempo de experiência

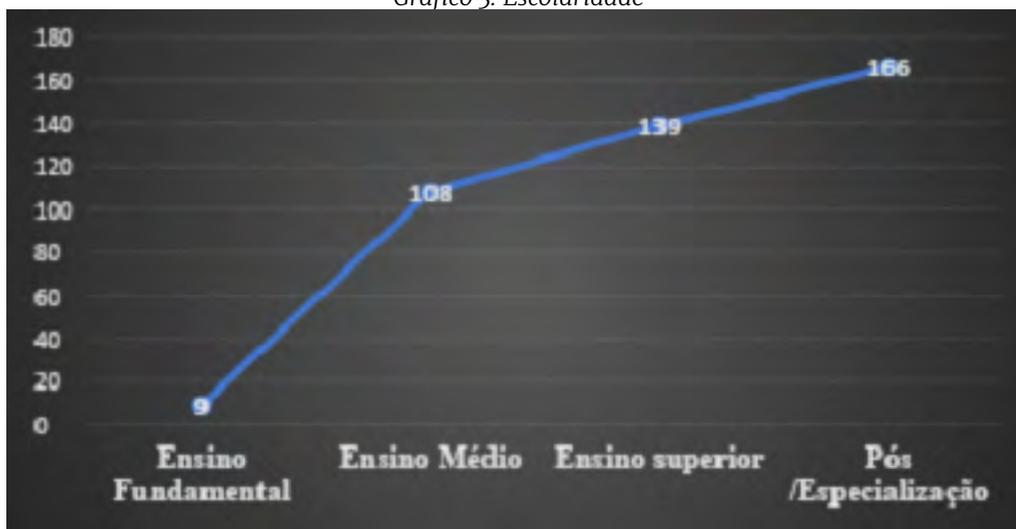


Escolaridade (perfil profissional)

Ainda sobre o perfil dos profissionais que participaram do projeto, mais de 70% dos respondentes possuem ensino superior, pós-graduação ou especialização, evidenciando um alto nível de escolaridade. Contudo, cerca de 50% declararam não possuir formação ou qualificação específica na área de atenção e atendimento às pessoas idosas.

Esse dado reflete uma demanda significativa por iniciativas voltadas à capacitação especializada no campo do envelhecimento. Além disso, reforça a necessidade de se estabelecer um caráter continuado nas ações do Projeto QUALIDADE, garantindo que os profissionais possam desenvolver competências específicas para atender às exigências e desafios desta área em constante expansão.

Gráfico 3: Escolaridade



Conhecimento sobre dispositivos legais e materiais informativos

Cerca de 90% dos participantes da estratégia de monitoramento e avaliação declararam conhecer os dispositivos legais – incluindo leis, resoluções, portarias, normas e planos – relacionados à política nacional, estadual ou municipal de defesa, promoção e garantia dos direitos da pessoa idosa. Além disso, grande parte dos respondentes indicou já ter tido acesso a cartilhas, folders, manuais e outros ma-



teriais informativos sobre o envelhecimento. Esse dado demonstra um nível elevado de familiaridade com as ferramentas e conteúdos que fundamentam a atuação profissional na área, evidenciando a importância de continuar promovendo a disseminação de informações para qualificar o atendimento à população idosa.

Gráfico 4: Dispositivos legais e materiais informativos



Gestão pública e recursos destinados à política para pessoas idosas

Entre os respondentes, 70% confirmam a existência de um órgão público gestor da política para pessoas idosas e/ou do envelhecimento saudável em suas cidades. Contudo, em relação à destinação de recursos públicos para essas políticas, observa-se que, mesmo entre aqueles que reconhecem a presença do órgão gestor, há uma parcela que demonstra não estar informada sobre o tema. Esse dado evidencia a necessidade de ampliar a transparência e o acesso à informação sobre o financiamento e a execução das políticas públicas voltadas à pessoa idosa, fortalecendo a percepção e o envolvimento dos profissionais com a gestão dessas iniciativas.

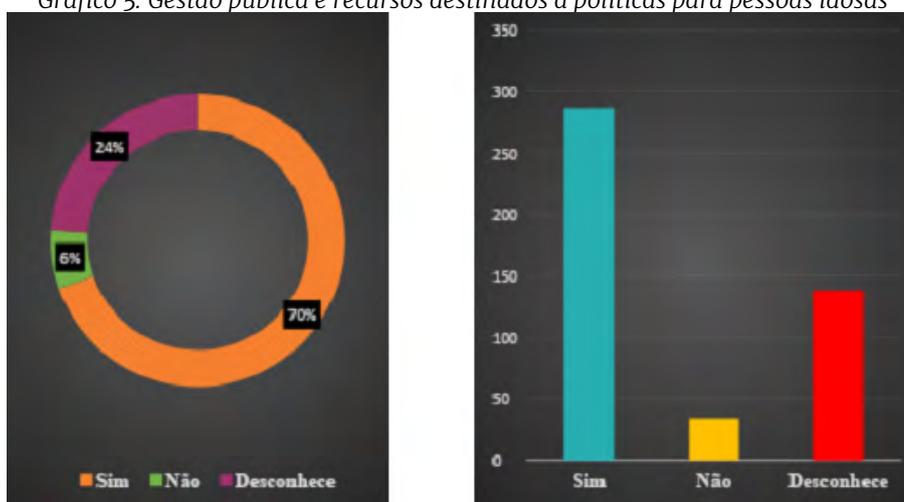
Paralelamente, a maioria dos participantes classifica seus conhecimentos sobre a política de atenção à pessoa idosa como parcial. Quando questionados sobre sua capacidade de elencar serviços e benefícios específicos destinados a esse pú-



blico, muitos reconhecem a necessidade de aprofundar seus conhecimentos. Além disso, mais de 90% afirmam que precisam aprimorar sua compreensão sobre o envelhecimento e as políticas públicas relacionadas.

Esses dados reafirmam a importância de iniciativas de capacitação e qualificação profissional, evidenciando a necessidade de ações formativas continuadas que respondam às demandas de atualização e especialização dos profissionais que atuam ou desejam atuar nesse campo.

Gráfico 5: Gestão pública e recursos destinados a políticas para pessoas idosas



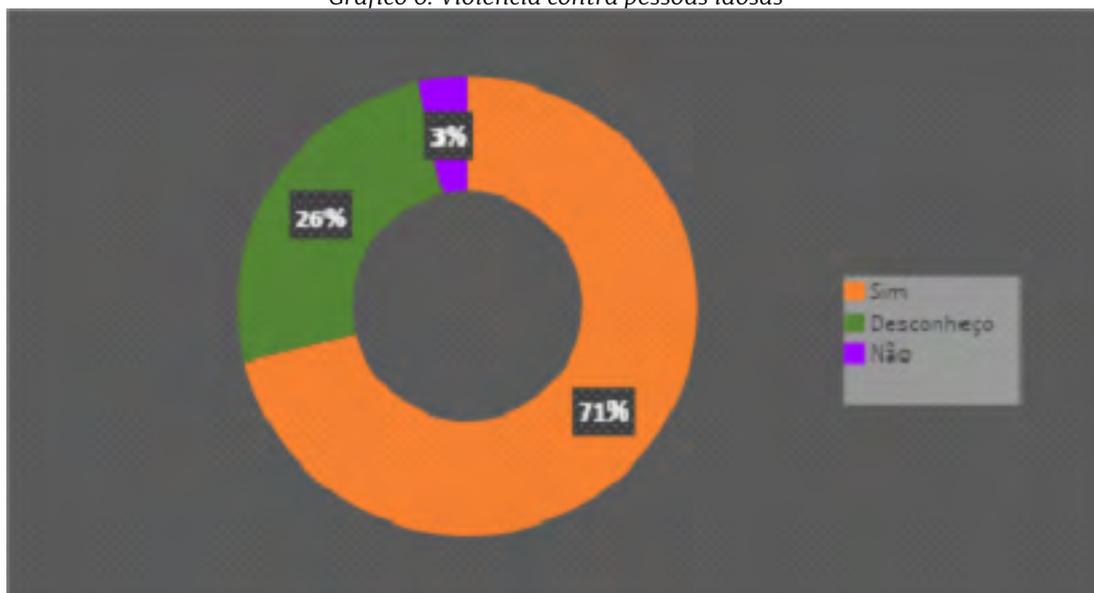
Violência contra pessoas idosas

Acerca da ocorrência de atos de violência contra pessoas idosas, mais de 95% dos respondentes afirmaram já ter tomado conhecimento de situações dessa natureza. Entretanto, cerca de 8% indicaram não saber onde realizar uma denúncia, evidenciando a necessidade de ampliar a disseminação de informações sobre os canais de denúncia e as redes de proteção disponíveis.

Adicionalmente, aproximadamente 71% dos participantes declararam conhecer os conceitos de controle e participação social. Contudo, um pouco mais de 25% admitem desconhecer esses dispositivos, como os Conselhos de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas em suas cidades. Esse dado ressalta a importância de promover ações educativas que divulguem e fortaleçam os mecanismos de controle social, estimulando maior envolvimento da sociedade na garantia dos direitos das pessoas idosas.



Gráfico 6: Violência contra pessoas idosas



B) Perspectiva dos profissionais envolvidos

Atuação profissional

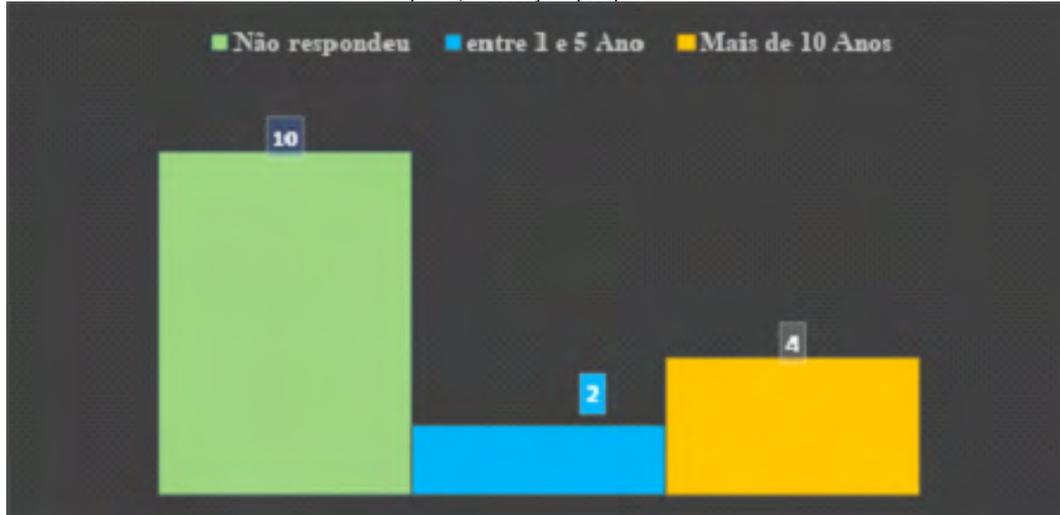
Foram coletadas informações de um total de 16 profissionais que estiveram diretamente envolvidos no Projeto QUALidade II, seja por meio de contrato de trabalho, seja por participação no Núcleo Gestor, composto por servidores públicos. Entre esses profissionais, 63% indicaram nunca ter atuado em programas ou projetos de capacitação relacionados às políticas para pessoas idosas e/ou ao envelhecimento.

Por outro lado, dos que já possuíam experiência nessa área específica, 4 profissionais relataram ter ao menos dez anos de atuação, destacando a presença de especialistas que agregam conhecimento e vivência prática ao projeto. Esses dados evidenciam a necessidade de ampliar espaços e oportunidades profissionais no âmbito das políticas públicas para o envelhecimento, promovendo maior inserção e capacitação de novos atores, conforme demonstrado nos gráficos abaixo.

Essa análise reforça a importância de investir na formação e na valorização de profissionais dedicados à construção e ao fortalecimento de políticas públicas voltadas às pessoas idosas.



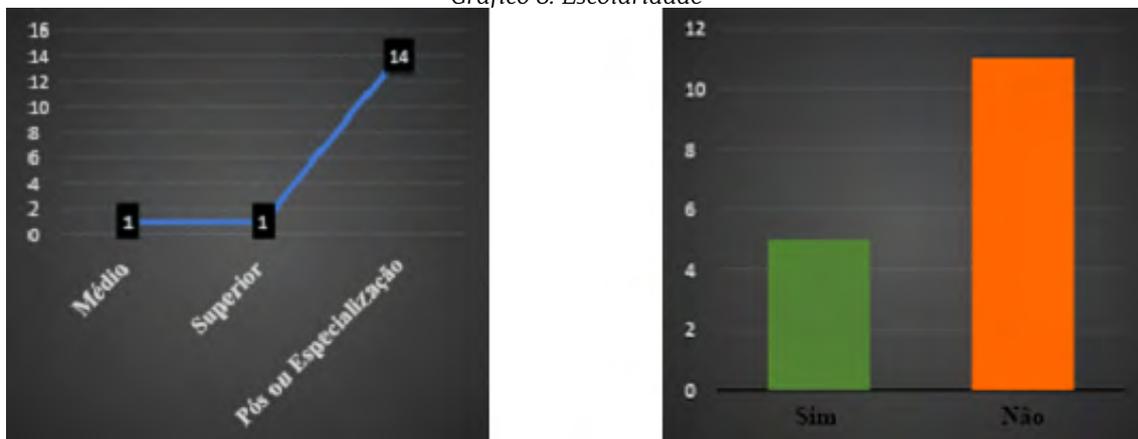
Gráfico 7: Atuação profissional



Escolaridade

Em relação à escolaridade dos profissionais envolvidos com funções de gestão, administrativas ou de docência, mais de 88% (ou seja, 14 dos 16 respondentes) possuem pós-graduação ou especialização. No entanto, apenas 5 profissionais têm formação ou qualificação específica sobre a atenção e o atendimento às pessoas idosas. Esse dado sinaliza a potencialidade da proposta de capacitação continuada do Projeto QUALidade, na perspectiva da educação permanente, com o objetivo de alcançar tanto os profissionais quanto os usuários dessa política pública. Essa lacuna na formação específica para o envelhecimento indica uma oportunidade para fortalecer a qualificação dos profissionais que atuam na área, promovendo um atendimento mais qualificado e eficiente às pessoas idosas.

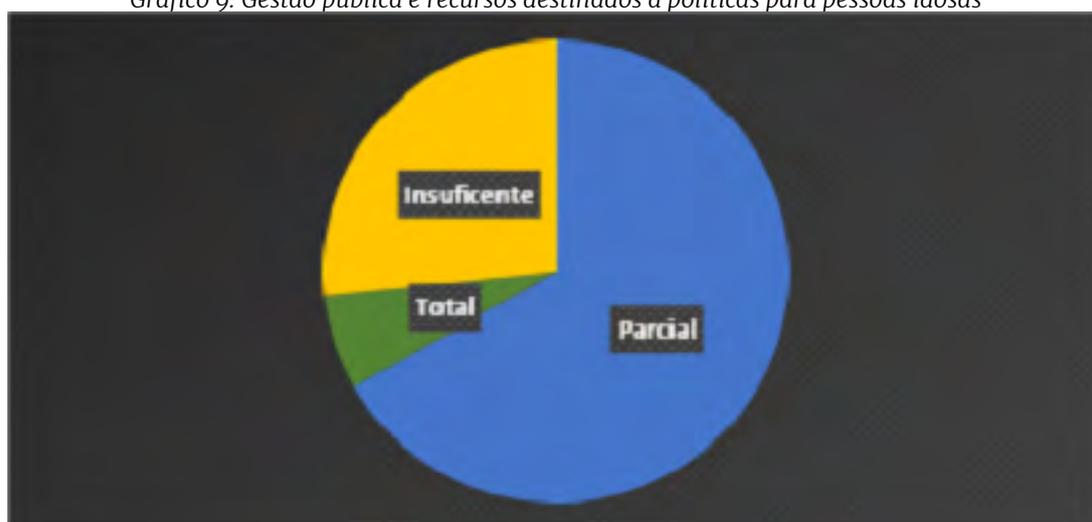
Gráfico 8: Escolaridade



Gestão pública e recursos destinados à política para pessoas idosas

Sobre a atuação profissional em órgãos públicos gestores da política para as pessoas idosas e/ou do envelhecimento saudável, apenas 5 profissionais indicaram já terem tido essa experiência. Além disso, nenhum deles demonstrou conhecimento sobre o orçamento público destinado a essas políticas. A maioria admite que seus conhecimentos sobre essa área são parciais (10 profissionais) ou insuficientes (4 profissionais). Todos os respondentes concordam que é necessário aprimorar seus conhecimentos na área do envelhecimento e das políticas públicas voltadas para as pessoas idosas, reforçando a importância de ações contínuas de capacitação e atualização profissional nesse campo.

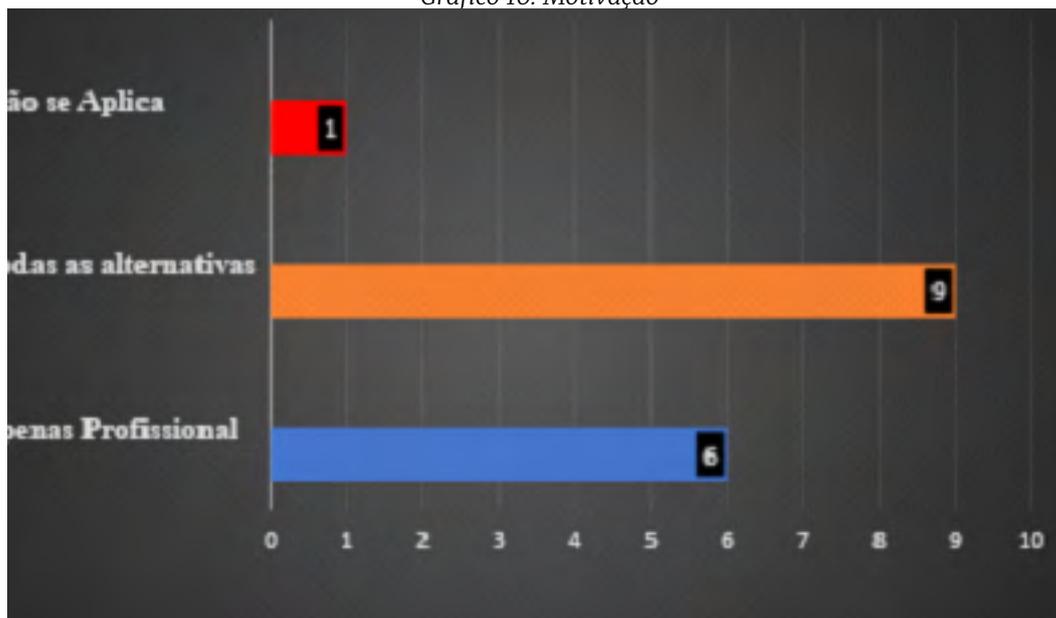
Gráfico 9: Gestão pública e recursos destinados a políticas para pessoas idosas



Os profissionais entrevistados atribuíram suas motivações para buscar aprimorar conhecimentos tanto a razões de caráter profissional quanto pessoal, familiar, e outras alternativas. Esses motivos variam desde a necessidade de atualizar suas competências para melhor atuar na área, até o desejo de contribuir de forma mais eficaz para o bem-estar da população idosa, refletindo uma combinação de interesses profissionais e pessoais, como pode ser observado no gráfico a seguir.



Gráfico 10: Motivação



De acordo com as respostas obtidas, 13 profissionais, ou 80%, declararam saber o que é controle social, embora apenas 11 profissionais saibam identificar tipos de violência contra as pessoas idosas. Essas questões estão diretamente relacionadas à participação da pessoa idosa e ao dever coletivo — da família, sociedade e Estado — de garantir seus direitos e proteção. Esse contexto reforça a importância de iniciativas de capacitação e qualificação profissional, especialmente considerando que a maioria dos respondentes possui especialização em políticas voltadas para as pessoas idosas e o envelhecimento.

Para metade dos respondentes, o Projeto QUALIDADE representa sua primeira experiência com ações de capacitação na área do envelhecimento. No entanto, todos informaram já ter participado, profissionalmente, de cursos na modalidade de ensino à distância. Além disso, com exceção de dois profissionais, todos concordam que a responsabilidade pela realização de iniciativas de capacitação deve ser do poder público.



Quanto à indicação de um ponto forte e um ponto fraco, os seguintes foram destacados:

Ponto forte:

- “A equipe de trabalho”;
- “A gratuidade na oferta de atividades de alto nível”;
- “Atualização de profissionais que trabalham com pessoas idosas”;
- “Aulas de altíssimo nível”;
- “Aulas on-line de todas as áreas importantes para manter um envelhecimento com qualidade de vida”;
- “Conteúdo didático excelente”;
- “Curso gratuito para quem quer se tornar um cuidador”;
- “Curso on-line ao vivo; grande alcance para os alunos”;
- “Esclarecedor / Inclusivo”;
- “Nível excelente que abrange todos, sem limites de grau de escolaridade”;
- “Ofertar esse curso no formato híbrido”;
- “Possibilitar o acesso da população aos cursos, qualificando e compartilhando conhecimento”;
- “Profissionais com larga experiência”;
- “Projeto remoto”; e
- “Socializar conhecimento / realizar processos seletivos de forma respeitosa, cuidadosa e transparente”.

Ponto fraco:

- “A plataforma não permite uma interação oral entre professor e aluno”;
- “Baixa frequência dos alunos”;
- “Como o curso é ofertado on-line, ainda temos algumas limitações da plataforma”;



- “Deve ser ampliado, hoje o seu alcance ainda é pequeno e a demanda é cada vez maior”;
- “Em tudo que participei não vi pontos fracos”;
- “O curso poderia ter mais aulas práticas”;
- “Planejamento inicial das aulas e cursos”;
- “Pouco tempo para preparo das aulas/materiais”;
- “Preparação para iniciar as turmas precisa ter mais atenção”;
- “Turmas muito grandes”; e
- “Vínculo de trabalho instável com baixos salários”.

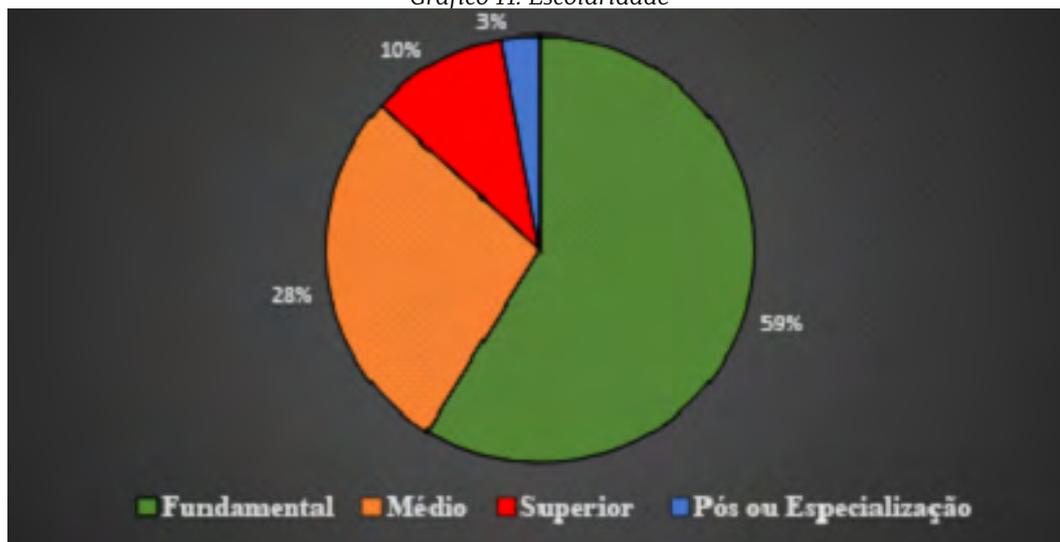
C) Perspectiva dos beneficiários indiretos (idosos)

A aplicação dos formulários para a coleta de informações junto às pessoas idosas, que constituem o público beneficiário indireto do Projeto QUALidade, foi realizada por meio de entrevistas, levando em consideração a necessidade de agilidade no processo e a possível dificuldade de acesso de algumas pessoas idosas. Além disso, essa abordagem visou garantir a plena compreensão das questões abordadas. Ao todo, foram entrevistadas 68 pessoas idosas, representando uma amostra dos usuários que poderão ser impactados pelas ações qualificadas decorrentes do aprimoramento das práticas profissionais e, em última instância, da própria política pública voltada para a pessoa idosa. As entrevistas também ajudaram a traçar o perfil desses beneficiários.

Dentre as pessoas entrevistadas, 45% relataram morar sozinhas e 58%, ou seja, 40 pessoas idosas, informaram ter concluído apenas o ensino fundamental, com apenas 2 tendo atingido o nível de pós-graduação ou especialização. Apesar disso, 62% afirmaram conhecer o Estatuto da Pessoa Idosa e outras políticas de atenção e atendimento à pessoa idosa. No entanto, é importante refletir se os níveis de conhecimento são realmente satisfatórios. Caso sejam, é necessário considerar as possibilidades e a qualidade de acesso a essas políticas de direitos.



Gráfico 11: Escolaridade



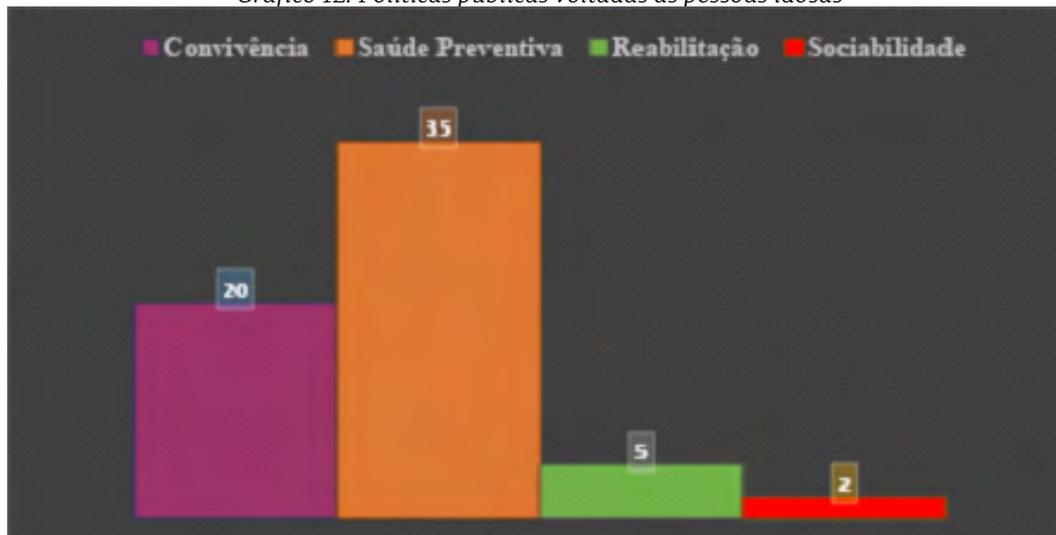
Políticas públicas voltadas às pessoas idosas

Das pessoas idosas entrevistadas, mais da metade (53%) afirmou não conhecer a Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável (Seijes), órgão responsável pelas políticas voltadas para as pessoas idosas no estado. Além disso, 57% dos entrevistados afirmaram saber identificar os tipos de serviços e benefícios específicos destinados a esse público, embora isso não garanta, necessariamente, o acesso efetivo aos dispositivos existentes, caso necessitem.

Quando questionados sobre a participação em atividades relacionadas às políticas de atenção e atendimento à pessoa idosa em seus municípios, 90% dos entrevistados responderam afirmativamente. A principal motivação para sua participação foi a convivência e a saúde preventiva. Outras motivações, como reabilitação e sociabilidade, foram mencionadas, mas com menor importância, conforme demonstrado a seguir.



Gráfico 12: Políticas públicas voltadas às pessoas idosas



Quanto ao conhecimento sobre envelhecimento saudável, 90% das pessoas idosas entrevistadas afirmaram já ter ouvido falar sobre o tema. Além disso, 97% classificaram como bom ou ótimo o impacto de sua participação nas atividades propostas para melhorar seu processo de envelhecimento. Essas atividades e intervenções visam aprimorar a qualidade do envelhecimento, especialmente por meio da qualificação dos profissionais envolvidos, um dos objetivos principais do Projeto QUALIDADE.

Todos os respondentes (100%) consideram que os profissionais que lidam com seu atendimento, enquanto pessoas idosas com direitos garantidos por lei, estão capacitados para essa função.

Além disso, as pessoas idosas reconhecem a importância das leis, resoluções, portarias, normas e planos para a defesa, promoção e garantia dos direitos da pessoa idosa, justificando que tais instrumentos são essenciais para assegurar a proteção e o respeito a seus direitos, garantindo que seus interesses sejam respeitados e defendidos pela sociedade e pelo Estado:

- “Ajuda a ensinar os idosos para os idosos terem seus direitos garantidos”;
- “As leis são importantes para nos proteger”;
- “Dar acessibilidade aos idosos”;
- “É necessário”;



- “Esclarecimento sobre os seus direitos”;
- “Garantir os direitos dos idosos”;
- “Importante para o idoso saber os seus direitos”;
- “Nós somos muito esquecidos”;
- “Para ajudar os idosos”;
- “Para conhecer os seus direitos”;
- “Para evitar ‘discriminação’ dos idosos”;
- “Para garantir os direitos do idoso e um envelhecimento seguro”;
- “Para garantir os direitos”;
- “Para garantir os direitos”;
- “Para garantir os direitos”;
- “Para melhorar o idoso”;
- “Para nos protegermos”;
- “Para proteção da pessoa idosa”;
- “Para que o idoso tenha seus direitos garantidos”;
- “Para saber dos meus direitos”;
- “Para seguir as diretrizes dos idosos”;
- “Para ter a garantia de direitos”;
- “Para ter conhecimento”;
- “Para ter meu direito no envelhecimento”;
- “Para ter os direitos”;
- “Porque é essencial para a pessoa idosa”;
- “Porque muitos são assalariados”;
- “Porque os idosos ‘necessita’”;
- “Porque precisamos ter segurança na maior idade”;
- “Porque somos esquecidos”;
- “Quando funciona, sim!”;
- “Saber seus direitos”;
- “Se refere a idade”; e
- “Ter meus direitos”.



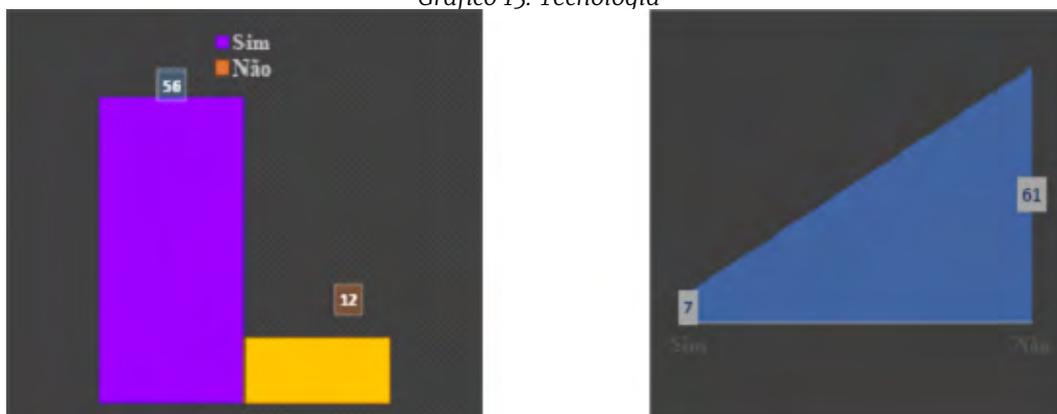
Conhecimento sobre dispositivos legais e materiais informativos

Em média, 50% das pessoas idosas respondentes afirmaram já ter tido acesso a cartilhas, folders, manuais e/ou outros materiais informativos sobre o envelhecimento. No entanto, muitas expressaram interesse em aprimorar seus conhecimentos na área do envelhecimento e das políticas públicas voltadas para as pessoas idosas. Isso sugere que as iniciativas de capacitação e educação permanente no âmbito dessas políticas não apenas atendem à necessidade de qualificação dos profissionais envolvidos, mas também impactam diretamente o percurso das pessoas idosas, no que tange ao acesso e à garantia de seus direitos, já estabelecidos.

Tecnologias digitais

A respeito do uso das tecnologias digitais, como smartphones, notebooks e computadores, aproximadamente 70% das pessoas idosas respondentes afirmaram fazer uso dessas ferramentas. No entanto, curiosamente, mesmo entre esses usuários, alguns ainda se sentem excluídos devido à falta de familiaridade ou adesão a redes sociais como WhatsApp, Facebook, Instagram, entre outras.

Gráfico 13: Tecnologia



Violência contra a pessoa idosa

Em relação à violência contra as pessoas idosas, 82% dos respondentes disseram ser capazes de identificar os diferentes tipos de violência e afirmaram nunca ter sofrido tais atos. Contudo, muitos relataram já ter tomado conhecimento de casos de violência contra outras pessoas idosas. Apenas pouco mais de 50% sabiam onde denunciar, o que evidencia a necessidade de promover ações informativas e afirmativas que ampliem a participação ativa das pessoas idosas no reconhecimento e na reivindicação de seus direitos.

Por fim, a participação social continua sendo um desafio para nós, gestores e técnicos que operamos essa política pública, especialmente no que diz respeito à inclusão das pessoas idosas. Isso é evidenciado pelo fato de que a maioria dos respondentes, 83%, nunca participou de espaços ampliados dedicados à defesa e garantia dos direitos das pessoas idosas. Esse dado reforça a necessidade de se promover mais oportunidades de envolvimento e conscientização, buscando ampliar a participação ativa das pessoas idosas nas decisões e na proteção de seus direitos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Caderno de Notas do Projeto Qualidade tem como objetivo registrar e documentar o desenvolvimento dessa ousada iniciativa de capacitação e qualificação de profissionais envolvidos nas políticas para as pessoas idosas em todo o estado, fruto da parceria entre a Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável (Seijes), por meio da Superintendência da Pessoa Idosa, e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), por meio do Núcleo do Envelhecimento Humano (NucEH). A proposta visou consolidar uma perspectiva de educação permanente sobre essa importante política pública.

Por meio dos processos de monitoramento e avaliação realizados, bem como dos aprendizados administrativos e gerenciais extraídos, é possível afirmar que o Projeto QUALIDADE apresenta uma expressiva potencialidade como uma estratégia de ampliação dos conhecimentos técnico-operacionais e de gestão dessa política pública, além de garantir o acesso aos direitos pelos beneficiários indiretos dessa ação governamental, realizada ao longo dos últimos dois anos. Os dados estatísticos sobre o envelhecimento no estado reforçam a relevância e a necessidade de continuidade dessa ação.

Este trabalho reafirma a importância das iniciativas de capacitação continuada e educação permanente, que, a curto e médio prazos, podem promover maior disseminação de informações, acesso ampliado aos direitos, aumento da participação social, fortalecimento do controle social sobre a política pública e, principalmente, alcançar mais profissionais e beneficiários. Que essas ações inspirem o aprimoramento da gestão das políticas para as pessoas idosas e do envelhecimento saudável em todos os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro!



REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa: Compromisso da Década do Envelhecimento 2020-2030**. 28 jun. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/CARTILHA_PACTO_ENVELHECIMENTO_.pdf. Acesso em: 9 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019**. Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jun. 2019. Seção 1, p. 27. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9893-27-junho-2019-788633-norma-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 jan. 1994. p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** 1. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário Temático: Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_sgtes.pdf.

BRASIL. Política Nacional de **Educação Permanente do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1. ed. Brasília: MDS, 2013. 57 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 9, n. 16, p. 161-177, set. 2004/fev. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/jC4gdtHC8RPLWSW3WG8Nr5k/?format=pdf&lang=pt>.

PORTARIA Nº 1.996, DE 20 DE AGOSTO DE 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 6.559, de 16 de outubro de 2013**. Institui a Política Estadual do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-6559-2013-rio-de-janeiro-institui-a-politica-estadual-do-idoso-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 29 set. 2023.



ANEXOS

Formulários de pesquisa

Os anexos apresentados referem-se aos formulários utilizados na pesquisa realizada com os participantes do Projeto QUALIDADE.

09/12/2024, 11:50 Caderno de Notas do Projeto QUALIDADE - Perspectiva dos beneficiários diretos (alunos)

Caderno de Notas do Projeto QUALIDADE - Perspectiva dos beneficiários diretos (alunos) AAA 🔊 🔍 🗨️



Nome Completo
* campo obrigatório

CPF
* campo obrigatório

Município de Residência
* campo obrigatório

Atua com políticas de atenção e atendimento da pessoa idosa? Sim Não
* campo obrigatório

Qual o tempo de experiência na área do envelhecimento e/ ou da política pública para pessoas idosas: menos de 1 ano entre 1 a 5 anos entre 5 e 10 anos mais de 10 anos nunca atuei

Escolaridade: ensino fundamental ensino médio ensino superior pós ou especialização
* campo obrigatório

Possui formação/qualificação específica sobre a atenção/atendimento às pessoas idosas? Sim Não
* campo obrigatório

Participou da 1ª fase do Projeto QUALIDADE, em 2023? Sim Não
* campo obrigatório

<https://redcap.uerj.br/surveys/?s=XFTPKE9E9ANPDDKN> 1/3



09/12/2024, 11:50

Caderno de Notas do Projeto QUALidade - Perspectiva dos beneficiários diretos (alunos)

Conhece os dispositivos legais (leis, resoluções, portarias, normas, planos) da política nacional, estadual ou municipal de defesa, promoção e garantia dos direitos da pessoa idosa?

Sim

Não

* campo obrigatório

Já teve acesso à cartilhas, folders, manuais e/ou outros materiais informativos sobre o envelhecimento?

Sim

Não

* campo obrigatório

Na sua cidade existe um órgão público gestor da política para as pessoas idosas e/ou do envelhecimento saudável?

Sim

Não

Desconheço

* campo obrigatório

Na sua cidade há destinação de recursos públicos para a política para as pessoas idosas e/ou do envelhecimento saudável?

Sim

Não

Desconheço

* campo obrigatório

Como classificaria seus conhecimentos sobre essa política?

Total

Parcial

Insuficiente

* campo obrigatório

Saberia elencar tipos de serviços e benefícios específicos para as pessoas idosas?

Sim

Não

* campo obrigatório

Avalia que precisa aprimorar seus conhecimentos na área do envelhecimento e das políticas públicas para as pessoas idosas?

Sim

Não

* campo obrigatório

Qual seria a sua motivação?

apenas profissional

pessoal

familiar

todas as alternativas

não se aplica

* campo obrigatório

Saberia elencar tipos de violências contra as pessoas idosas?

Sim

Não

* campo obrigatório

<https://redcap.uerj.br/surveys/?s=XFTPKE9E9ANPDDKN>

2/3



09/12/2024, 11:50

Caderno de Notas do Projeto QUALIDADE - Perspectiva dos beneficiários diretos (alunos)

Já tomou conhecimento de atos de violência contra as pessoas idosas?

- Sim
 Não

Saberia onde denunciar?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Sabe o que é controle e participação social?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Na sua cidade existe conselho de defesa e garantia de direitos das pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
 Não
 Desconheço

Já participou de alguma reunião de conselhos de defesa e garantia de direitos das pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Na sua cidade existem serviços públicos para as pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
 Não
 Desconheço

Como avalia o Projeto QUALIDADE da Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável em parceria com a UERJ?

* campo obrigatório

Indique 1 ponto forte e 1 ponto fraco do Projeto QUALIDADE, na sua perspectiva?

* campo obrigatório

Enviar

Salvar e Retornar Mais Tarde

Powered by REDCap

<https://redcap.uerj.br/surveys/?s=XFTPKE9E9ANPDDKN>

3/3



09/12/2024, 11:52

Caderno de Notas do Projeto QUALIDADE - Perspectiva dos beneficiários indiretos (idosos)

Caderno de Notas do Projeto QUALIDADE - Perspectiva dos beneficiários indiretos (idosos)

AAA
🔊 + -



Nome Completo

* campo obrigatório

CPF

* campo obrigatório

Município de Residência

* campo obrigatório

Condição de residência:

* campo obrigatório

- mora com a família
- mora sozinho
- situação de acolhimento institucional

Escolaridade:

* campo obrigatório

Conhece o Estatuto da Pessoa Idosa?

* campo obrigatório

- Sim
- Não

Conhece políticas de atenção e atendimento da pessoa idosa no seu município?

* campo obrigatório

- Sim
- Não

Conhece a Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável?

* campo obrigatório

- Sim
- Não

Saberia elencar tipos de serviços e benefícios específicos para as pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
- Não

<https://redcap.uerj.br/surveys/?s=XE47CMA8YDHXRTCN>

1/3



09/12/2024, 11:52

Caderno de Notas do Projeto QUALidade - Perspectiva dos beneficiários indiretos (idosos)

Participa de alguma atividade das políticas de atenção e atendimento às pessoas idosas no seu município?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Considera que sejam necessárias leis, resoluções, portarias, normas, planos para a defesa, promoção e garantia dos direitos da pessoa idosa?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Porque?

Já teve acesso à cartilhas, folders, manuais e/ou outros materiais informativos sobre o envelhecimento?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Já ouviu falar de envelhecimento saudável?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Tem o desejo de melhorar seus conhecimentos na área do envelhecimento e das políticas públicas para as pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Usa tecnologias digitais, como smartphones, notebook, computadores, etc.?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Se sente excluído pelo não uso dessas tecnologias?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Usa redes sociais, como whatsapp, facebook, instagram, etc.?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Já fez algum curso na modalidade de ensino à distância?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

<https://redcap.uerj.br/surveys/?s=XE47CMA8YDHXRTCN>

2/3



09/12/2024, 11:52

Caderno de Notas do Projeto QUALidade - Perspectiva dos beneficiários indiretos (idosos)

Qual seria a sua motivação?

* campo obrigatório

- social
- pessoal
- familiar
- todas as alternativas
- não se aplica

Saberia elencar tipos de violências contra as pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
- Não

Já sofreu atos de violência?

* campo obrigatório

- Sim
- Não

Tomou conhecimento de atos de violência contra outras pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
- Não

saberia onde denunciar?

* campo obrigatório

- Sim
- Não

sabe o que é participação social?

* campo obrigatório

- Sim
- Não

Já participou de alguma reunião ampliada sobre defesa e garantia de direitos das pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
- Não

Enviar

Salvar e Retornar Mais Tarde

Powered by REDCap

<https://redcap.uerj.br/surveys/?s=XE47CMA8YDHXRTCN>

3/3



09/12/2024, 11:51

Caderno de Notas do Projeto QUALIDADE - Perspectiva dos profissionais envolvidos

Caderno de Notas do Projeto QUALIDADE - Perspectiva dos profissionais envolvidos

AAA
🔊 📄 🗑️**Nome Completo**

* campo obrigatório

CPF

* campo obrigatório

Município de Residência

* campo obrigatório

Ja atuou em políticas de capacitação para a política das pessoa idosa e/ou envelhecimento?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Escolaridade:

* campo obrigatório

Possui formação/qualificação específica sobre a atenção/atendimento às pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Conhece os dispositivos legais (leis, resoluções, portarias, normas, planos) da política nacional, estadual ou municipal de defesa, promoção e garantia dos direitos da pessoa idosa?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Já teve acesso ou participou da elaboração de cartilhas, folders, manuais e/ou outros materiais informativos sobre o envelhecimento?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

<https://redcap.uerj.br/surveys/?s=JJDTYA4MR3YEXCH8>

1/4



09/12/2024, 11:51

Caderno de Notas do Projeto QUALidade - Perspectiva dos profissionais envolvidos

Já atuou em órgão público gestor da política para as pessoas idosas e/ou do envelhecimento saudável?

* campo obrigatório

- Sim
 Não
 Desconheço

Tem conhecimentos sobre orçamento público da política para as pessoas idosas e/ou do envelhecimento saudável?

* campo obrigatório

- Sim
 Não
 Desconheço

Como classificaria seus conhecimentos sobre essa política?

* campo obrigatório

- Total
 Parcial
 Insuficiente

Avalia que precisa aprimorar seus conhecimentos na área do envelhecimento e das políticas públicas para as pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Qual seria a sua motivação?

* campo obrigatório

- apenas profissional
 pessoal
 familiar
 todas as alternativas
 não se aplica

Saberia elencar tipos de violências contra as pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Saberia elencar tipos de serviços e benefícios específicos para as pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Já tomou conhecimento de atos de violência contra as pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

Saberia onde denunciar atos de violência contra as pessoas idosas?

* campo obrigatório

- Sim
 Não

<https://redcap.uerj.br/surveys/?s=JDTYA4MR3YEXCH8>

2/4



09/12/2024, 11:51

Caderno de Notas do Projeto QUALidade - Perspectiva dos profissionais envolvidos

Sabe o que é controle e participação social?

* campo obrigatório

 Sim Não**Na sua cidade existe conselho de defesa e garantia de direitos das pessoas idosas?**

* campo obrigatório

 Sim Não Desconheço**Já participou de alguma reunião de conselhos de defesa e garantia de direitos das pessoas idosas?**

* campo obrigatório

 Sim Não**Na sua cidade existem serviços públicos para as pessoas idosas?**

* campo obrigatório

 Sim Não Desconheço**Reconhece a necessidade de oportunidades de capacitação área do envelhecimento e das políticas públicas para as pessoas idosas de caráter gratuito?**

* campo obrigatório

 Sim Não**Porque?**

* campo obrigatório

Na sua compreensão a quem caberia a realização de iniciativas de capacitação?

* campo obrigatório

 ao poder público aos próprios profissionais a rede privada desconheço**Como avalia o Projeto QualIDADE da Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável em parceria com a UERJ?**

* campo obrigatório

Esta é a sua 1ª experiência com iniciativas de capacitação na área do envelhecimento?

* campo obrigatório

 Sim Não**Já participou profissionalmente de algum curso na modalidade de ensino à distância?**

* campo obrigatório

 Sim Não<https://redcap.uerj.br/surveys/?s=JJDY4MR3YEXCH8>

3/4



09/12/2024, 11:51

Caderno de Notas do Projeto QUALidade - Perspectiva dos profissionais envolvidos

Participou do Projeto Qualidade 2023?

* campo obrigatório

Sim

Não

Indique 1 ponto forte e 1 ponto fraco do Projeto QUALIDADE, na sua perspectiva?

* campo obrigatório

Enviar

Salvar e Retornar Mais Tarde

Powered by REDCap

<https://redcap.uerj.br/surveys/?s=JJDTYA4MR3YEXCH8>

4/4





Secretaria
**Intergeracional de Juventude
e Envelhecimento Saudável**



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO